

Emanuel retorna à Prefeitura

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Da redação

O ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu habeas corpus ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), suspendendo a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que o afastou do cargo no começo da semana. Em decisão proferida na quinta-feira, 7 de março, Ribeiro Dantas afirma que a demora para o julgamento do caso representa um risco de violação da soberania popular, que elegeu Emanuel como prefeito.

Além de determinar a suspensão das medidas cautelares, o ministro suspendeu o andamento do inquérito do Ministério Público Estadual (MP-MT) que investiga supostas fraudes na Secretaria de Saúde de Cuiabá, que teriam motivado o pedido de afastamento do prefeito. A decisão se estende a todos os investigados.

“Ante o exposto, concedo a liminar, a fim de suspender as cautelares aplicadas ao paciente nos autos de nº 1003809-61.2024.8.11.0000. Determino que fique suspensa a tramitação do processo na origem, bem como o andamento do inquérito destinado a investigar os fatos abordados pelo MP/MT no sobredito processo”, determinou.

Na decisão, o ministro ressalta que julgou no começo de fevereiro um outro habeas corpus em favor de Emanuel, estabelecendo que os casos de corrupção na Saúde de Cuiabá são de competência da Justiça Federal, já que há recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) envolvidos. Conforme o ministro, o MP foi notificado dessa decisão no dia 19 de fevereiro e, no mesmo dia, apresentou o pedido de afastamento contra Emanuel.

“Também chama atenção o fato de o MP/MT ter formulado dois pedidos de aplicações de cautelares, dirigindo-os a dois Desembargadores diferentes e pautando-se na mesma imputação de fundo sobre a existência de um esquema criminoso na gestão da Secretaria de Saúde, a indicar uma possível inobservância das regras processuais de conexão”, detalhou.

Ribeiro Dantas explica ainda que o MP-MT já apresentou um agravo regimental junto ao STJ, para tentar restabelecer a competência da Justiça Estadual. O julgamento desse agravo está marcado para o dia 2 de abril e o ministro avalia que é prudente aguardar até a conclusão desse julgamento para decidir sobre a possibilidade de afastamento de Emanuel.

“Conquanto não se desconsidere a independência das

instâncias cível e criminal, a existência de um pronunciamento da Corte Especial deste STJ, somada à possível incompetência da Justiça Estadual (e do próprio Desembargador relator, pelas regras de conexão), indica a probabilidade do direito alegado pelo impetrante”, ponderou.

“O perigo de dano, por sua vez, reside no fato de que a espera pelo julgamento de mérito do writ é, em si mesma, uma restrição à soberania popular, que alçou o paciente ao cargo de prefeito municipal. Se fosse mantido seu afastamento, apesar dos indícios da nulidade ou desnecessidade das cautelares, eventual concessão da ordem ao final do writ não repararia o prejuízo ao paciente e à vontade da população que o elegeu, pelo tempo em que se viu privado do exercício do mandato”, concluiu.

Na decisão, o ministro criticou a existência de sucessivos pedidos de cautelares pelo Ministério Público Estadual (MPE) a desembargadores diferentes, com objetivo de encontrar um magistrado mais favorável a suas teses e que configuraria “fórum shopping”.

“Afirma que o próprio Desembargador impetrado e a Corte Especial deste STJ já teriam reconhecido previamente, em 2021, a ausência de motivos para afastar o paciente do



cargo de prefeito, sendo “deveras contraditório que, após quase 3 (três) anos da referida decisão, sem a existência de qualquer nova circunstância, a

autoridade coatora volte atrás no seu entendimento e prolate nova decisão de afastamento do paciente em razão dos mesmos fatos”.

STF decide não confiscar celulares de jornalistas

Agência Brasil

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os efeitos de uma decisão da Justiça de Mato Grosso, que autorizou a Polícia Civil a apreender aparelhos eletrônicos dos jornalistas Alexandre Aprá, Enock Cavalcanti e Marco Polo de Freitas Pinheiro, incluindo celulares e computadores.

Na decisão, assinada na última quarta-feira (6), a ministra determinou a citação do governador Mauro Mendes, para que ele se manifeste no caso. O inquérito no qual a busca e apreensão foi autorizada tem o governador como vítima.

Em 6 de fevereiro, a Polícia Civil deflagrou a Operação Fake News 3, em Cuiabá, na qual foram apreendidos os aparelhos dos três jornalistas.

Segundo a polícia, eles são investigados pela “veiculação de informações, sabidamente falsas, em sites, bem como grupos de aplicativos de mensagens, com o fito de atingir a honra e imagem de autoridades públicas, em verdadeira indústria de desinformação”. O trio é apontado como suspeito dos crimes de calúnia, difamação e associação criminosa.

O Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Instituto

Vladimir Herzog se juntaram a dois dos jornalistas investigados e acionaram o Supremo por meio de uma reclamação constitucional.

As entidades e os jornalistas alegam que os profissionais são alvo de perseguição judicial, por publicarem informações sobre suposto esquema para garantir decisões judiciais favoráveis ao garimpo no estado.

Na reclamação, as entidades sindicais argumentam que a decisão do juiz João Bosco Soares, do Núcleo de Inquérito Policiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que autoriza a apreensão e o acesso da polícia aos telefones celulares dos jornalistas, viola decisão

do STF que consagrou o direito à informação.

Outro argumento é que o objetivo da apreensão dos celulares é violar o sigilo das fontes dos jornalistas, garantido pela Constituição.

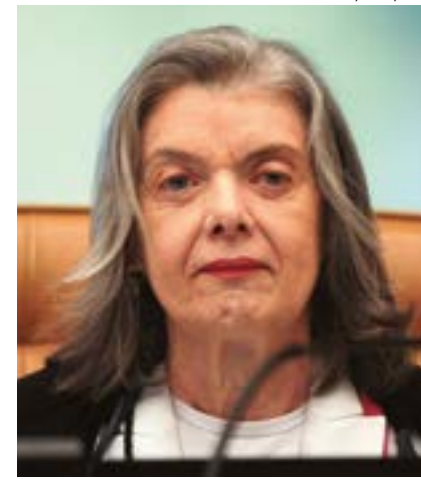
Cármen Lúcia deu 48 horas para o magistrado responsável esclarecer sua decisão. Em seguida, a ministra determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresente parecer “com a urgência que o caso recomenda”.

“Esse é o primeiro passo, onde demonstraremos que há uma série de inquéritos e processos abertos de forma sistemática contra jornalistas para atender pedidos do governador”, disse o advogado

André Mateus, que representa os jornalistas.

A Agência Brasil entrou em contato com a assessoria do governador Mauro Mendes e aguarda manifestação.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



MT têm alerta de infestação em 59 municípios

Ministério da Saúde



Da Redação

O primeiro Levantamento de Índice Rápido para o Aedes aegypti (LIRAA/LIA) de 2024, divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), aponta que 59 municípios de Mato Grosso estão em situação de alerta de infestação do mosquito transmissor de dengue, chikungunya, zika e febre amarela. Outros 39 municípios têm índices considerados de risco.

Ao todo, 129 municípios do Estado realizaram o levantamento que utiliza uma metodologia que permite o conhecimento de forma rápida, por amostragem, da quantidade de imóveis com a presença de recipientes com larvas de Aedes aegypti, seguindo as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue.

Destes municípios, 30 tiveram a classificação elenca-

da como satisfatória. A divulgação do levantamento tem o objetivo de contribuir para o diagnóstico e subsidiar os municípios nas ações de combate às endemias.

Segundo a superintendente de Vigilância em Saúde da SES-MT, Alessandra Moraes, o informativo é uma ferramenta primordial na vigilância e precisa ser intensificada para ampliar os resultados.

“Essa é uma ferramenta que o gestor municipal pode utilizar para todas as medidas necessárias, principalmente nesse momento que vivenciamos uma alta nos números de dengue no Estado. Com isso, ampliar essas medidas de prevenção e controle dentro do seu território”, enfatizou.

Além do levantamento do Índice Rápido para o Aedes aegypti, a Secretaria também elencou as medidas e estratégias para intensificar o controle de endemias através dos

coordenadores, supervisores de campo e agentes comunitários de saúde.

As diretrizes reforçam a necessidade de informar aos moradores sobre o aumento das arboviroses, seus sintomas e riscos por meio do mosquito transmissor, orientando-os a procurar uma Unidade de Saúde em casos suspeitos, evitando assim a automedicação.

Alessandra destacou que as ações também orientam a população sobre seus deveres no combate à dengue dentro e fora de casa. “São ações que vão muito além de não acumular água parada, elas se estendem a conscientização coletiva, através de medidas que abrangem do pequeno em sala de aula até seus avós, aumentando o núcleo de atuação no combate à dengue por todo o estado e reduzindo o risco de uma epidemia em Mato Grosso”, afirmou.

EDITORIAL

Exportação de Carnes de MT

O panorama das exportações de carne em Mato Grosso revela um quadro misto, com desafios e oportunidades que merecem atenção. Enquanto as exportações de carne bovina enfrentaram uma queda em 2023, as carnes de aves e suínos testemunharam um crescimento substancial. Essa dinâmica complexa, delineada pelos dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), lança luz

sobre diversos aspectos cruciais para o setor.

É inegável que a redução de 2,67% nas exportações de carne bovina, acompanhada por uma diminuição de 23% na receita, represente um desafio significativo para a indústria de carne bovina de Mato Grosso. A dependência excessiva do mercado chinês, embora tenha sido vantajosa por um tempo, agora se mostra arriscada, dada a recente redução no apetite chinês e a recuperação do plantel suíno no país asiático.

No entanto, é crucial reconhecer as oportunidades que emergem desse cenário. O aumento nas exportações de carne suína e de aves demonstra a capacidade do estado em diversificar sua base de exportação e conquistar novos mercados. O crescimento de 44,35% nas exportações de carne suína e de 22,94% nas exportações de carne de aves indicam um potencial promissor para a indústria pecuária de Mato Grosso.

Além disso, o recorde de abates bovinos em dezembro de 2023, impulsionado pela presença de fêmeas nas indústrias, revela uma capacidade de adaptação e resposta rápida por parte

dos pecuaristas diante dos desafios enfrentados. No entanto, é fundamental que essa prática seja gerida com cautela, a fim de garantir a sustentabilidade a longo prazo do setor.

Para fortalecer ainda mais a competitividade das exportações de carne bovina, é necessário investir em estratégias que reduzam a dependência de um único mercado, como a China, e diversifiquem os destinos das exportações. Isso pode ser alcançado por meio de acordos comerciais bilaterais, campanhas de marketing direcionadas e aprimoramento da qualidade do produto.

Além disso, é essencial que o setor trabalhe em conjunto com

o governo para enfrentar os desafios internos, como a melhoria da infraestrutura de transporte e logística, a capacitação da mão de obra e a implementação de práticas sustentáveis de produção.

Em suma, enquanto os desafios no mercado de exportação de carne bovina são evidentes, as oportunidades de crescimento e diversificação não podem ser ignoradas. Com uma abordagem estratégica e colaborativa, Mato Grosso pode consolidar sua posição como um importante player no mercado global de carnes, aproveitando ao máximo seu potencial agrícola e pecuário.

Representatividade Feminina

Rosana Leite (*)

Ao longo das últimas três legislaturas, tenho tido a responsabilidade de servir como a única deputada estadual eleita de Mato Grosso, salvo nos poucos períodos em que alguma suplente assumiu a cadeira dos titulares. Esta jornada tem sido marcada por desafios, conquistas e, acima de tudo, uma profunda compreensão da importância da representatividade feminina nos espaços de poder, especialmente na política.

Com a chegada do Dia Internacional da Mulher, muito se fala em representatividade feminina nos espaços de poder, mas a presença de mulheres na política é mais do que uma mera questão de equilíbrio de gênero; é uma necessidade imperativa para a construção de sociedades verdadeiramente inclusivas e democráticas. As mulheres compõem metade da população, e é fundamental que suas vozes sejam ouvidas e representadas nas instâncias de tomada de decisão. Quando as mulheres são excluídas ou sub-representadas na política, todo o espectro de perspectivas e necessidades da sociedade é prejudicado.

Na prática o efeito cascata da falta de representatividade feminina nos espaços de poder se reflete na diferença salarial que o mercado de trabalho nos impõe, na ausência de elaboração de políticas públicas voltadas à defesa e interesses da mulher, bem como no aumento de todos os tipos de violência contra as mulheres.

Uma pesquisa intitulada "Mercado de trabalho formal em Mato Grosso: recorte em função dos sexos masculino e feminino" desenvolvida por pesquisadores da UFMT mostra que mulheres recebem, em média, R\$ 600 a menos que os homens no estado. Além disso, aponta também que em 78% dos municípios de Mato Grosso, os salários masculinos superam os femininos.

Segundo a pesquisa, os salários médios masculinos superam os salários médios femininos, mesmo ambos os grupos apresentando escolaridade similar. A pesquisa também aponta que, em média, a escolaridade das mulheres é maior no mercado de trabalho mato-grossense. Os salários médios masculinos apresentaram-se 20% superior aos femininos, com destaque para os cargos de menor esco-

laridade. Porém, o mais assustador é que os homens ganham salário superior em 81% das ocupações e as mulheres em apenas 18%.

Mas o que isso tem a ver com representatividade? É que a diversidade de experiências, pontos de vista e prioridades que as mulheres trazem para a mesa política é inestimável. A representação feminina enriquece o debate político, levando em consideração questões que muitas vezes são negligenciadas ou minimizadas, como a igualdade de gênero, a violência doméstica, bem como a diferença salarial entre homens e mulheres, entre outros temas cruciais para o avanço de uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, a presença de mulheres na política é fundamental para a implementação de políticas públicas inclusivas e abrangentes. As mulheres têm uma compreensão única das necessidades e desafios enfrentados por suas comunidades e estão bem-posicionadas para advogar por medidas que promovam o bem-estar de todos as pessoas, independentemente de gênero, raça, classe social ou origem.

É crucial que continuemos a defender e promover a participação das mulheres na po-

lítica, incentivando sua candidatura, garantindo igualdade de acesso a recursos e oportunidades, e desafiando os estereótipos de gênero que frequentemente impedem as mulheres de buscar cargos eletivos.

Em última análise, a luta pela igualdade de gênero na política e nos postos de tomada de decisões não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de eficácia e democracia. Quando as mulheres são empoderadas e representadas, toda a sociedade se beneficia. É hora de reconhecer plenamente o valor da representatividade feminina e trabalhar juntos para construir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos. Feliz Dia da Mulher!

**JANAINA RIVA é bacharel em Direito, deputada estadual em Mato Grosso em seu terceiro mandato e duas vezes eleita com a maior votação dentre os deputados estaduais*



Crescimento continuado

Vivaldo Lopes (*)

Os dados do crescimento do PIB brasileiro, divulgados pelo IBGE na última sexta-feira (01), confirmaram a boa notícia já esperada pelos economistas, casas de análises econômicas, bancos e academias: a economia cresceu 2,9% em 2023, tendo como principal propulsor o setor agropecuário. Lembro que em janeiro de 2023, a média ponderada das expectativas dos mesmos analistas, bancos e casas de análises indicava um crescimento de apenas 0,7% para o ano passado, conforme levantamento publicado semanalmente pelo Banco Central (pesquisa Focus).

Do lado da oferta, o protagonismo do crescimento de 2023 ficou, mais uma vez, com a agropecuária, que cresceu 15,1%, enquanto o setor de serviços cresceu 2,4% e a indústria 1,6%. A safra recorde de 320 milhões de toneladas de grãos, bons preços das commodities e exportações aquecidas ditaram o ritmo do forte crescimento nos dois primeiros trimestres do ano. Mesmo com a desaceleração nos dois últimos trimestres, a

força sazonal do primeiro semestre garantiu o bom desempenho anual da economia.

Na ótica da demanda, o consumo das famílias apresentou crescimento de 3%, o que ajudou a tracionar a economia. O aumento dos gastos familiares foi alavancado pelos programas sociais da administração federal, aumento real do salário mínimo, aquecimento do mercado de trabalho, inflação dentro do intervalo da meta, início do ciclo de redução da taxa básica de juros pelo Banco Central, que por sua vez, ajudou a melhorar o mercado de crédito.

O bom desempenho da economia em 2023 torna-se especialmente expressivo, ao ser comparado com a base alta de 2022 e confirma tendência de crescimento continuado desde 2021 (4%), 2022 (3%) e 2023 (2,9%).

Com os dados já conhecidos do PIB de 2023, surge a pergunta: como será 2024?

As expectativas são de crescimento menor em 2024. Todavia, o crescimento virá com melhor qualidade. Trabalho com a estimativa de crescimento de 2,5% em 2024, mantendo a sequência de bom desempenho da eco-

nomia brasileira que vem desde 2021, após a queda brusca de 2020, ocasionada pelos efeitos da pandemia da covid-19.

Enquanto em 2023 o desempenho econômico foi muito tracionado pela agropecuária, mais concentrado nos dois primeiros trimestres e estagnado nos dois últimos, em 2024 o crescimento deve ter participação mais equitativa dos três setores (serviços, indústria, agropecuária) e também será mais "espalhado" ao longo dos quatro trimestres do ano.

Agropecuária não terá o mesmo excepcional desempenho de 2023, mas mesmo assim, contribuirá de forma expressiva, pois colherá a segunda maior safra da história do país, estimada em 300 milhões de toneladas. A indústria receberá estímulos de vultosos investimentos nas áreas de saneamento, construção civil e automotiva. As cinco maiores montadoras de veículos já anunciaram que investirão aproximadamente R\$ 100 bilhões em 2024/2025 para ampliação de plantas industriais e expansão de algumas já existentes. O setor de serviços continu-

ará contando com os estímulos tributários da redução dos custos previdenciários das folhas salariais, além do programa Perse que reduz tributos federais para o segmento de eventos. A continuidade do ciclo de redução das taxas de juros e a inflação próxima da meta aumentam a oferta de crédito para o consumo de bens e serviços. O desemprego em queda também aumenta a renda, expandindo o consumo das famílias.

Partilho da visão de que a economia brasileira manterá a tendência de crescimento mediano continuado dos últimos três anos, próximo de 3%, estabelecendo as condições macroeconômicas para vãos mais altos a partir de 2025.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA Gestão Financeira Empresarial-FIA/USP (vivaldo@uol.com.br)



As licitações no Brasil

Jéssica Maria Cavalheiro Madeira (*)

Atualmente, o tema das licitações tem ganhado bastante repercussão para as pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar na esfera pública, ou que atuam em empresas que fornecem produtos e serviços ao setor público, devido à recente publicação da nova norma geral das contratações e licitações públicas.

Em 1º de abril de 2021 foi publicada a nova lei de licitações e contratações públicas, a Lei nº 14.133, que veio para substituir às Leis nº 8.666/1933 (antiga lei geral de licitações e contratos), a nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e a nº 12.462/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC).

Como regra de transição entre os sistemas, inicialmente a lei previu a possibilidade de utilização concomitante dos dois regimes, durante dois anos, desde que não fossem utilizados os dois sistemas na mesma contratação. Porém, em 31/03/2023, considerando que ainda muitos entes públicos não

estavam prontos para a migração total para o novo regime, o prazo foi prorrogado até o fim de 2023.

Assim, a partir de 1º/1/2024 somente pode ser utilizada a Lei nº 14.133/2021 para as novas contratações. Só que o sistema antigo ainda continuará caminhando ao nosso lado durante um bom tempo, pois todos os contratos firmados pelas regras anteriores, deverão seguir o mesmo regime até a sua conclusão, isso contando as possíveis prorrogações de contratos.

Existem importantes diferenças nas compras realizadas na esfera pública e na esfera privada que devem ser totalmente compreendidas para o início do estudo do processo licitatório e das compras públicas como um todo.

Uma pessoa, em sua vida particular, ou uma empresa privada possuem autonomia de escolha, elas podem fazer tudo que a lei não proibir. Quando uma pessoa decide adquirir um sofá, por exemplo, ela avaliará o modelo que mais lhe agrada, que atenda

suas necessidades e de sua família, dentro do valor que ela possa pagar, escolhendo a cor, o tecido e a loja que ela vai comprar. Ainda poderá decidir entre um sofá novo ou usado, bem como se vai pagar à vista ou parcelado. Enfim, possui total liberdade de escolha dentro de critérios que ela mesmo definirá e que o mercado oferece.

Uma empresa privada também tem grande liberdade de escolha quando resolve adquirir um produto ou contratar um serviço. Uma empresa pode decidir fazer uma grande festa de confraternização com seus funcionários, contratando um show de um artista renomado, servindo bebidas e comidas à vontade, com prêmios para os seus colaboradores, sem dar nenhuma satisfação às pessoas, apenas devendo seguir regras internas da própria empresa, que ela mesma definirá.

Tais cenários se modificam quando falamos em aquisições ou contratações realizadas por algum ente público. O setor público só poderá fazer o que é previsto em lei. Lei entendida no sentido amplo, englobando todas as normas, como leis, decretos, regulamentos, instruções normativas, entre outros.

O objetivo das contratações públicas é sempre cumprir uma finalidade de interesse público, portanto é uma atividade vinculada a um fim, e para que isso ocorra de forma honesta, sem privilégios ou preferências, regras procedimentais rígidas devem ser observadas. E a esse procedimento damos o nome de licitação.

Além das licitações propriamente ditas, que atualmente são divididas em cinco modalidades: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo; ainda temos as contratações diretas, que podem ocorrer por dispensa de licitação ou por inexigibilidade de licitação.

A Lei nº 14.133/2021 deixou de definir a modalidade de licitação pelo valor da contratação, mas agora define de acordo com a complexidade e características da contratação. Por isso deixaram de existir as modalidades "tomada de preços" e "convite", previstas na Lei nº 8666/1993.

A nova lei veio para modernizar alguns procedimentos, bem como para trazer para

dentro da lei definições que antes só encontrávamos em Decretos, Instruções Normativas e até mesmo na jurisprudência dos Tribunais de Contas ou dos Tribunais Superiores. Além disso trouxe inovações como grande ênfase na fase de planejamento e nas ferramentas de transparência, onde se sobressai a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

O PNCP reúne todas as contratações públicas feitas no Brasil, de todos os entes, com o intuito de possibilitar maior transparência das contratações realizadas, facilitando a atuação dos órgãos de controle e até mesmo da população e das empresas interessadas em fornecer para o setor público.

Tais medidas ainda estão em processo de implantação em muitos órgãos, mas já são um grande passo para que as contratações públicas deixem de ser utilizadas para desvios e corrupção, mas sim como uma importante ferramenta de fomento da economia, auxiliando setores menos privilegiados da economia ou da sociedade, bem como incentivando a prática de ações sustentáveis em todos os aspectos, visando promover o desenvolvimento social, econômico, ambiental, ético e jurídico-político.

As licitações e as contratações públicas são temas bastante complexos, que exigem do profissional que atuará com isso muita dedicação e estudo para compreender quais ferramentas utilizar e em quais casos.

**JÉSSICA MARIA CAVALHEIRO MADEIRA é professora de Processos Licitatórios da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e assessora técnica da Assessoria Jurídica da Defensora Pública do Estado de São Paulo. Bacharela em Direito, é pós-graduada em "Gestão e Controladoria Pública" e "Direito Penal e Processo Penal". Publicou, em 2019, o artigo "Licitações e Compras Públicas Sustentáveis – Evolução do Conceito e Aplicação no Estado de São Paulo", na GESEC – Revista de Gestão e Secretariado.*



Jornal **IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020
 CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
 GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
 GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
 AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
 Email: impressomt@gmail.com Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
 Telefone: 65 99696-6688

ALIANÇA SELADA

O presidente estadual do PRD ainda negou que irá indicar a esposa, Mônica Carvalho, como vice na disputa pela Prefeitura de Cuiabá

Carvalho garante apoio a Botelho

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Da Redação

O presidente estadual do Partido Renovação Democrática (PRD), Mauro Carvalho, garantiu que a sigla irá apoiar o deputado estadual Eduardo Botelho (União) na campanha à Prefeitura de Cuiabá. Em entrevista à imprensa na manhã de quinta-feira, 7 de março, ele também descartou a possibilidade de sua esposa, Mônica Carvalho, ser vice na chapa de Botelho.

“Nós estamos conversando, até porque nós temos esse alinhamento com União Brasil. Então, nós estamos conversando bem com o Botelho, que tem nos ajudado na formação da chapa de vereadores. Com certeza

nós devemos caminhar, porque é o projeto que o PRD se identifica mais, é com o Eduardo Botelho na cabeça de chapa”, afirmou.

Como o pré-candidato à Prefeitura não tem um vice-prefeito definido ainda, vários nomes já foram lançados na mídia como possibilidades para a vaga. Entre os nomes estava a esposa de Mauro Carvalho, Mônica. Entretanto, Mauro garante que ela não tem tempo para política, pois já dedica muito de seu tempo ao trabalho voluntário.

“Isso já foi definitivamente enterrado, até porque a Mônica tem um trabalho de forma voluntária, junto com a igreja católica, ali na Nossa Se-

nhora. Ela é ministra da eucaristia, participa junto com os jovens, junto com a comunidade. Ela trabalha todos os dias na comunidade e ela, nesse momento, não tem como assumir uma responsabilidade mesmo”, explicou.

Mauro Carvalho, que assumiu a pouco tempo a presidência do partido no estado, revelou que há vários políticos de olho no PRD para lançar candidatura nas eleições deste ano. Sem adiantar nomes, ele afirmou que irá buscar novas filiações para fortalecer a chapa de vereadores na capital. Segundo ele, o PRD é um partido novo e que não tem problemas, o que chama a atenção de novos integrantes.



“Com certeza nós devemos caminhar, porque é o projeto que o PRD se identifica mais”, disse Mauro Carvalho

R\$ 90 MILHÕES

Mauro diz que Emanuel queria roubar ao comprar LED

Da Redação

O governador Mauro Mendes (União) criticou o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) por querer alugar lâmpadas LED por R\$ 90 milhões, já que o Governo do Estado está disponibilizando o equipamento aos 141 municípios de Mato Grosso. Ele parabenizou ainda o Tribunal de Contas do Estado (TCE) por suspender a licitação da Prefeitura de Cuiabá.

“Fui tomar conhecimento essa semana de uma licitação que o prefeito estava fazendo para comprar e gastar R\$ 92 milhões de reais alugando lâmpada de LED quando está lá no depósito da Arena Pantanal mais de 60 mil lâmpadas de graça à disposição dessa prefeitura. Isso, ao meu ver, é uma tentativa de desviar, de roubar dinheiro público. Isso não pode ficar de graça”, criticou Mauro Mendes.

Mendes comparou ainda a atitude de Emanuel Pinheiro com a de um bandido que tenta assaltar um banco.

“Parabéns ao Tribunal de Contas que suspendeu esse processo, mas aquela história, né? Se um bandido vai tentar assaltar um banco e tá lá no meio do assalto ao banco, aí chega a polícia e para o assalto esse bandido cometeu crime ou não por tentar assaltar um banco? Todos nós sabemos

que é crime. Então um agente público que tenta roubar dinheiro público, isso é crime ou não? Fica a pergunta no ar”, questiona o governador.

Mauro ainda comenta que mais de 100 municípios já aderiram ao programa MT Iluminado do Governo do Estado e disse que achou estranha a atitude do prefeito, de querer alugar as lâmpadas, sendo que o equipamento disponível para Cuiabá.

“Se andar pelo interior vão encontrar aí quase uma centena de municípios que concluíram essa instalação. Estão comprados desde 2022 e chegou 100% das lâmpadas estão lá, disposição e ele [Emanuel Pinheiro] nunca retirou e agora queria alugar estranhamente lâmpada de LED. Nunca vi isso na minha vida, governador”, comentou.

O governador falou ainda não ter conheci-

mento do processo que afastou o prefeito do cargo na última segunda-feira (4) e nem da decisão do Supremo Tribunal Justiça (STJ) que o retornou ao cargo.

“Não conheço os elementos que nem levaram ao afastamento e muito menos os que levaram à suspensão. Eu conheço um pouco a dura realidade que Cuiabá está submetida nos últimos anos com essa gestão que é catastrófica”, disse.

VEREADORA INVESTIGADA

Comissão garante concluir processo no prazo

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Da Redação

Presidente da Comissão de Ética da Câmara Municipal de Cuiabá, o vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania) explicou que o processo de cassação contra a vereadora Edna Sampaio (PT) tem como base as mesmas denúncias do processo anterior, que acabou sendo anulado pela Justiça. A petista voltou a ser cassada por suposta prática de “rachadinha” com a Verba Indenizatória (VI) de sua ex-chefe de gabinete,

Laura Abreu. O processo de cassação foi aberto na terça-feira, 5 de março, no Plenário da Câmara.

A vereadora sofreu o primeiro processo de cassação em 11 de outubro de 2023, mas ela conseguiu retornar ao cargo por força de uma decisão judicial, que anulou o processo devido à extrapolação do prazo máximo de 90 dias. Agora, a Comissão tem novamente o mesmo prazo para concluir o processo de cassação da vereadora.

“Tendo em vista que não foi esclarecido lá

atrás, foi arquivado o processo, mas no arquivamento do processo do Tribunal de Justiça não foi feito pelo objeto, foi feito pelo tempo. Então, não se discutiu o objeto, o caso específico em si, que está sendo discutido. Dessa vez entendemos, então, que vai ser agora analisado com o tempo que o mesmo Tribunal pediu”, explicou.

O presidente da Comissão de Ética também se defendeu das acusações de Edna, que alega que a Comissão não permitiu que ela apresen-

tasse sua defesa no processo anterior.

“É mais uma inverdade da vereadora Edna. Infelizmente, a melhor defesa é o ataque. Ela preza por isso, né, tá no sangue dela essa situação, e a gente quer dizer que ela teve, sim, prazo. Teve mais de 10 sessões aí para que ela pudesse se defender”, argumentou.

Além de a vereadora não ter se defendido no prazo estabelecido, ela também não arrolou as testemunhas de defesa no processo anterior.



O vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania)

MORTES EM TREINAMENTO

Botelho critica inércia de comandante do CBMT

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso



Segundo Botelho, o coronel Alessandro Borges está inerte nessa situação e não teria tomado nenhuma providência sobre o caso

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), fez duras críticas ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros em Mato Grosso, coronel Alessandro Borges, devido à morte do aluno Lucas Veloso Perez, de 27 anos, durante o curso de formação de soldados. Segundo Botelho, o coronel está inerte nessa situação e não teria tomado nenhuma providência sobre o caso.

“O comandante do Bombeiro tem que tomar providência. Ele tá inerte nisso, tá quieto, não tá tomando providência nenhuma. O coronel Alessandro tem que tomar providência, ele não se manifestou.

Tem que se manifestar sobre isso e criar uma responsabilidade sobre isso”, disparou o presidente da Assembleia.

Botelho também demonstrou ser favorável ao projeto de lei que está sendo gestado pelo deputado estadual Júlio Campos (União), a pedido da família de Lucas Veloso, para que os cursos de treinamento dos Bombeiros passem a ser registrados em vídeo.

“Eu acho que tem que ser tomada alguma medida, porque quem está ali fazendo treinamento tem que ter alguma responsabilidade. Se ele não tem responsabilidade de com uma pessoa que ele tá tratando, como que ele vai socorrer uma vida e as pessoas vão colocar a vida na mão de

um capitão desses, por exemplo. Não tem lógica, né?!” comentou.

Por fim, o presidente da Assembleia deu uma alfinetada no comando do Corpo de Bombeiros, ao lembrar, sem citar o nome, do caso da tenente Isadora Ledur, que esteve envolvida na morte do aluno Rodrigo Claro durante um treinamento na mesma Lagoa Trevisan, onde Lucas Veloso morreu. Mesmo sem citar o nome, Botelho lembrou que a tenente foi inocentada e promovida pelo Corpo de Bombeiros.

“Ele tava ali vendo que a pessoa está morrendo e não socorrer? Tem que ter responsabilidade em cima disso. E depois, é promovido ainda. Não dá”, afirmou.

BALANÇO DE 2023

Receita obtida com as exportações de carnes suínas e aves atingiram US\$ 61,3 milhões e US\$ 225 milhões. Carne bovina tem retração

Exportação de suínos e aves dispara

Ilustração | Freepik

Da Redação

O volume de exportações de carnes de aves e suínos aumentou em 2023, contudo o mesmo não ocorreu em relação à carne bovina oriunda de Mato Grosso. Os embarques caíram 2,67% atingindo 589,1 mil toneladas equivalentes a carcaça ante o resultado de 2022 que foi de 605,3 mil toneladas.

Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e compilados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

A receita obtida com a venda de carne bovina teve uma redução de 23%, cerca de R\$ 600 milhões a menos no período de 12 meses. Em 2023, a receita atingida foi de US\$ 2,1 bilhões, enquanto em 2022 foi de US\$ 2,7 bilhões.

A China é o principal destino com o embarque de 317,6 mil toneladas ao país asiático, seguido por Egito (34,6 mil toneladas), Emirados Árabes Unidos (30,1 mil toneladas), Chile (27,4 mil toneladas) e Estados Unidos (22,7 mil toneladas).

Em relação à carne suína, as exportações foram 44,35% maiores

com embarque de 31,1 mil toneladas em 2023. A receita obtida também cresceu em 43,2% alcançando US\$ 61,3 milhões.

Dentre os principais destinos estão Hong Kong + China (9,8 mil toneladas), Vietnã (4,1 mil toneladas), Angola (3,3 mil toneladas), Geórgia (2,7 mil toneladas) e Uruguai (2,1 mil toneladas).

Já sobre as carnes de aves houve aumento das exportações mato-grossenses em 22,94% atingindo 113 mil toneladas no ano passado. Em 2022, o volume embarcado chegou a 91,9 mil toneladas. A receita obtida foi majorada em 16,88% chegando a US\$ 225 milhões.

O Japão é o principal consumidor dos frangos produzidos e exportados pelo Estado. Em 2023, foram adquiridas 21,3 mil toneladas de aves, seguido por Arábia Saudita (18,9 mil toneladas), Emirados Árabes Unidos (18,9 mil toneladas), China (7,8 mil toneladas) e Iêmen (6,8 mil toneladas).

Conforme o presidente do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrig), Paulo Bellincanta, disse que o Brasil ganhou espaço no mercado internacional, com abertura de novos



A - Em relação à carne suína, as exportações foram 44,35% maiores com embarque de 31,1 mil toneladas em 2023

mercados e também à redução dos embarques concorrentes exportadores de aves e suínos.

“A carne bovina teve preço médio menor por tonelada em 2023 do que em 2022. Todo país sentiu essa redução na receita. Contudo, em janeiro deste ano os embarques da carne bovina já tiveram um aquecimento e aumentou o volume exportado a outros países, reduzindo a dependência chinesa”.

Em janeiro de 2024, as exportações de carne bovina mato-grossense atingiram 47,54 mil

toneladas equivalentes carcaça. Esse foi o segundo maior volume para um mês de janeiro da história, com redução de 0,41% ante o recorde de janeiro de 2023.

Mesmo líder, a China vem reduzindo o apetite e o volume negociado em janeiro foi 27,25% menor que no mesmo período do último ano. O recuo foi motivado, principalmente, pela recuperação no plantel suíno chinês, bem como pela desaceleração na economia do país.

O volume de carne embarcado para os Emi-

rados Árabes Unidos em janeiro foi 5,76 vezes maior que do mesmo mês em 2023, de modo que o grupo passou a ser o 2º maior comprador da proteína do Estado.

ABATES EM ALTA - Impulsionados pela presença de fêmeas nas indústrias, os abates bovinos registram recorde em Mato Grosso. O volume total de bovinos enviados para as indústrias atingiu 615,13 mil cabeças, quantidade 19,40% maior em comparação com dezembro de 2023, segundo as informações do Instituto de Defesa

Agropecuária (Indea). É a maior quantidade de gado abatido em um mês desde 2003.

O recorde foi sustentado pela maior presença de fêmeas nas indústrias, as quais tiveram participação de 50,15% sobre o total abatido em Mato Grosso.

O aumento nos abates foi influenciado pela perda na qualidade das pastagens do estado, que fez com que os pecuaristas intensificassem o envio dos animais mais pesados para as indústrias no período analisado.

IMPOSTÔMETRO

Mato Grosso alcança marca de R\$ 10 bilhões

Da Redação

Em 79 dias de 2024, os mato-grossenses já desembolsaram mais de R\$ 10 bilhões em tributos municipais, estaduais e federais dentro do estado. O valor atual está 18,42% superior ao apurado no mesmo período do ano passado, quando o montante recolhido somava quase R\$ 8,5 bilhões no estado.

Segundo o Impostômetro da Fecomércio-MT, o valor atual,

atingido na tarde de terça-feira (5), somente foi alcançado no ano passado no dia 19 de março, ou seja, com 14 dias de antecedência.

O presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, destaca os impostos que mais contribuem para a elevação na arrecadação. “Os impostos sobre renda e consumo são alguns dos mais significativos para a arrecadação, agregando ainda mais importância aos setores

do comércio e serviços. Além disso, é necessária atenção sobre o aumento da tributação sobre esses setores, visto que isso pode diminuir a sustentabilidade dos negócios e limitar o crescimento das empresas”.

Segundo análise do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), verificou-se que os impostos mais representativos para o total recolhido são provenientes do ICMS, acompanhado do

Imposto de Renda, IPVA, IPTU e Imposto de Previdência, além das taxas sobre importações.

Na capital do estado, verificou-se uma arrecadação de cerca de R\$ 210 milhões até esta data de 2024, o que é cerca de 20% superior ao mesmo valor verificado para o período de 2023. Em Várzea Grande, a arrecadação se mostra em R\$ 29 milhões, Rondonópolis em R\$ 55 milhões, Sinop R\$ 41 milhões e Sorriso R\$ 22 milhões,

representando altas de cerca 17% na comparação com os valores verificados nesse período em 2023.

Wenceslau Júnior ressalta que “os aumentos nos valores arrecadados de impostos e uma maior rapidez em atingir patamares como o visto nesse período, na comparação com o ano anterior, estão conectados, principalmente, à inflação, já que o aumento de preços de forma geral se conecta a

uma maior circulação de renda e consumo”.

No Brasil, a arrecadação de tributos já chegou a R\$ 686 bilhões, patamar alcançado em 2023 somente no dia 19 de março, ou seja, um crescimento de 16,4% observado entre um ano. Além de divulgar o valor pago em tributos pela população mato-grossense, o Impostômetro da Fecomércio-MT também traz informações sobre questões tributárias do estado e do país.

PREJUÍZO DE MILHÕES

TCE-MT suspende licitação para iluminação pública de Cuiabá

Da redação

O tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) determinou a suspensão de um processo licitatório da Prefeitura de Cuiabá que visava a contratação de uma empresa para fornecimento de equipamentos de iluminação pública. O conselheiro José Carlos Novelli, responsável pela decisão, destacou que o processo poderia acarretar em um prejuízo superior a R\$ 28 milhões aos cofres municipais.

A medida foi tomada após uma representação externa da empresa Athenas Energia Ltda, que alegou que a prefeitura estava ignorando um convênio em vigor, o Convênio n.º 1062/2023, relacionado ao Programa MT Iluminado. Se-

gundo a empresa, este convênio tinha o mesmo propósito do processo licitatório em questão.

O relatório técnico da concessionária de energia indicou a necessidade de substituir mais de 75 mil lâmpadas em Cuiabá, que deveriam ser fornecidas pelo governo estadual conforme o convênio mencionado. No entanto, até o momento, apenas uma parte dessas luminárias foi utilizada pela prefeitura, restando mais de 63 mil unidades, o que representa um custo de aproximadamente R\$ 28,7 milhões.

Novelli ressaltou que não houve justificativa para a abertura do processo licitatório considerando a disponibilidade das luminárias fornecidas pelo Estado. Além disso, ele destacou

a falta de embasamento técnico para a opção de contratação global, evidenciando a necessidade de um estudo técnico que justifique a aquisição de novas luminárias.

“Examinando a documentação que instrui a representação, bem como a que foi juntada aos autos com manifestação prévia apresentada pela Limpurb, não foi possível localizar informações capazes de justificar o não parcelamento do objeto licitado, bem como análise técnica dispondo sobre a impossibilidade de aproveitamento das luminárias de LED colocadas à disposição do Município de Cuiabá pelo Estado de Mato Grosso”, sustenta o relator.

Diante disso, o conselheiro deferiu o pedido de suspensão do

processo licitatório e determinou que a prefeitura interrompesse imediatamente o Pregão

Eletrônico nº 002/2024/PMC e quaisquer atos relacionados a ele até que o caso seja julgado

em definitivo. A decisão ainda está sujeita à homologação do Plenário do TCE-MT.

Mayke Toscano/Secom-MT



A prefeitura utilizou apenas 12.846 luminárias de LED fornecidas pelo Programa, restando 63.078 unidades, num total de R\$ 28,7 milhões